

O CUMPRIMENTO DAS CARTAS ROGATÓRIAS PASSIVAS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA EFETIVIDADE PROCESSUAL.

Tarcísio Guedes Basílio*

RESUMO

O presente artigo aborda o atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça referente ao reconhecimento da citação válida do réu domiciliado no Brasil, por meio do comparecimento espontâneo, quando regularmente intimado para impugnar a Carta Rogatória passiva nos termos do art. 8º da Resolução STJ n.º 09/2005. Inicia-se com o histórico que precedeu o surgimento da cooperação jurídica internacional entre os Estados soberanos, bem como sobre a novel competência atribuída pela Emenda Constitucional n.º 45/2004. Logo após, empreende-se particular estudo sobre a possibilidade de o próprio STJ cumprir, desde logo, o pedido rogado pela Justiça estrangeira, sem observar o art. 109, X, da Constituição Federal, no qual dispõe sobre a execução da Carta Rogatória pela Justiça Federal. Conclui-se, ao final, pela possibilidade dessa jurisprudência que começa a se consolidar, destacando-se a premente necessidade de imprimir maior efetividade à cooperação jurídica internacional.

Palavras-Chave: Direito Processual Internacional; Cooperação Internacional; Emenda Constitucional n. 45/2004; Superior Tribunal de Justiça; Carta Rogatória Passiva. Cumprimento. Celeridade Processual.

ABSTRACT

This article is about the recent opinion of Brazil Superior Tribunal de Justiça on valid citation of defendant which is domiciliated on Brasil, when regularly intimated to impugnate the Rogatory Letters came from Judicial Authorities of other States. It begins with an historical position of the subject and the new judicial competence attributed to Superior Tribunal de Justiça under the Brazilian Constitutional Ammendment number 45/2004 and its consequences. Then, there is a brief study about the possibility of STJ fulfill as soon as possible, the requested citation asked by Rogatory Juridical Authorities, without observe article 109, X of Brazilian Constitution that determines the fulfillment of rogatory order by Brazilian Justiça Federal. In Conclusion, it must be observed the consolidation of this procedment as one way to grant more efectiveness to international juridical cooperation.

Keywords: International Process Law; International Cooperation; Constitutional Ammendment n. 45/2004; Superior Tribunal de Justiça; Passive Rogatory Letter; Fulfillment; Process Celerity.

SUMÁRIO

1. Considerações Iniciais
2. A Cooperação Jurídica Internacional

* Mestrando em Direito da Universidade Católica de Brasília.

3. As Cartas Rogatórias
4. Conclusão
5. Referências.